Memória e Narrativa de familiares de vítimas da Ditadura civil militar brasileira (1964-1985)

Emanuelly Gomes dos Santos Foppa (PROVIC), Alessandra Izabel de Carvalho (Orientador), e-mail: ale.marumbi@gmail.com.
Universidade Estadual de Ponta Grossa/Departamento de História.

Área História, subárea História Moderna e Contemporânea.

Palavras-chave: Ditadura Militar, Memória, Familiares, Trauma

Resumo
A pesquisa que foi desenvolvida pertence ao contexto da ditadura militar brasileira. Com a duração de 21 anos acarretou a população brasileira perda de direitos, prisões arbitrárias, torturas, mortes e desaparecimentos. Através da Comissão Nacional da Verdade e a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, hoje o Estado brasileiro arca com a responsabilidade pelas graves violações aos direitos humanos praticados no Brasil. A partir de depoimentos de familiares de vítimas, concedidos à comissão o trabalho visa compreender a perspectiva familiar nesses casos em que os direitos humanos são violados e pensar os familiares também são vítimas e que estes possuem uma memória traumática e uma experiência familiar afetada pelos acontecimentos.

Introdução

Ser vítima da ditadura militar no Brasil significa ser um indivíduo que passou por violações que se estenderam a sua liberdade, integridade moral e física. Depois do fim do período ditatorial em nosso país caminhamos para a chamada Justiça de Transição, que compreende em ações que são tomadas para que sejam apuradas e enfrentadas condições que se desenvolveram em um período de coerção, como foi a ditadura. Com essas ações, as vítimas podem lidar com o que aconteceu a elas durante esse período contando a órgãos de investigação e, dessa forma, explicar sua experiência individual e procurar por uma reparação por parte do Estado.

Mas, no caso de pessoas que desapareceram ou vieram a óbito, a experiência do ocorrido morreu com ela, a família em boa parte das experiências não obteve informações, principalmente do órgão diretamente envolvido, as forças Armadas. Essa pesquisa visou então empreender uma discussão em que se pontua que não são vítimas apenas as pessoas que sofrem diretamente as violações dos direitos humanos, mas que existem outras vítimas neste processo e que acabam sofrendo tanto quanto, os familiares.

Boa parte das famílias buscou por justiça nos casos das mortes e desaparecimentos de seus entes, procurando formas de receber informações. Desde a década de 1970, eles vêm lutando para que fossem dadas respostas sobre mortes e desaparecimentos. Uma das primeiras formas mais efetivas de se procurar por Justiça de Transição foi a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos.

A última medida criada pelo Estado foi a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituída em 16 de maio de 2012 para que fossem apuradas as graves violações dos Direitos Humanos corridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. As apurações foram feitas por meio de depoimentos de

indivíduos de variados setores envolvidos no período, das quais derivaram Comissões Estaduais e relatórios com todos dados coletados e pesquisas feitas.

Neste trabalho tratamos da perspectiva das famílias para entender como se desenvolveu a vida dos familiares depois dos desaparecimentos e mortes, ou seja, se sofreram perseguições, os problemas emocionais que tiveram, a procura por informações e sobretudo como é viver o luto sem o corpo. “O testemunho fala e narra o nosso encontro com o real do trauma” (PENNA: 2003, 347).

Pensando nos familiares das vítimas como vítimas podemos citar a antropóloga Cynthia Sarti: “a construção da pessoa como vítima no mundo contemporâneo é pensada como uma forma de conferir reconhecimento social ao sofrimento, circunscrevendo-o e dando-lhe inteligibilidade” (SARTI, 2011, p.54). Dessa forma, reconhecer um familiar como vítima é um caminho para que seus traumas, sofrimentos e lutas sejam colocadas também como responsabilidade do Estado porque também tratam-se de violações de direitos.

Material e Métodos

Essa pesquisa teve como fonte os depoimentos de familiares de vítimas, que estão disponíveis no site da Comissão Nacional da Verdade brasileira na sessão de documentos, onde constam 44 arquivos dos depoimentos das famílias. Para a realização do trabalho foram selecionados três depoimentos.

Essa escolha advém da leitura prévia de todos os relatos, assim os escolhidos respondem a critérios pré-estabelecidos para a realização da análise. Um dos primeiros critérios utilizados foi a atenção maior que o depoente tem em relatar os problemas emocionais que ele desenvolveu por conta do acontecimento (morte, desaparecimento ou prisão), ou seja, além do familiar contar como foi que ocorreu a violação da vítima, pontuar como o ocorrido interferiu na maneira como ele ou a família encararam o momento de dificuldade.

O outro critério escolhido foi analisar se por parte do familiar há algum traço de indignação perante o Estado e se ele entende a importância da CNV para que se esclareçam os acontecimentos. E o terceiro e último se dedica a perceber como o familiar vê a vítima, se de alguma forma ele responsabiliza as dificuldades que sofreu ou sofre ao familiar. Para analisar esses testemunhos dados à Comissão da Verdade é importante entender o conceito de memória em disputa. Segundo Pollak (1989), trata-se de algo que se materializa quando se dá voz a minorias ou, como ele chama, a “memórias subterrâneas”. Isso significa que a memória em disputa são peças que alteram a construída memória nacional ou o discurso dominante. O que podemos refletir aqui é que, por conta de as Forças Armadas não terem sido responsabilizadas pelos assassinatos que cometeu durante a ditadura, com o auxílio da Lei de Anistia, algumas memórias foram silenciadas, e dessa forma experiências foram soterradas.

Resultados e Discussão

Na pesquisa utilizaremos três depoimentos para análise. Cada um deles tem uma particularidade pois apresenta uma maneira de compreender e viver com o que ocorreu. O primeiro depoimento escolhido corresponde a um neto de vítima, ele é o único familiar que pode procurar e cobrar que o Estado brasileiro encontre onde seu avô foi enterrado.

Outros dois depoimentos têm como ponto em comum se tratar de filhas de vítimas, ambas têm mais informações e conseguem fazer uma rede maior de

informações a respeito dos acontecimentos. Nos dois depoimentos de filhas é perceptível os problemas emocionais que se desenvolvem.

Familiar: Alberto do Nascimento
Vítima: Manuel Sena

Em 1984 o evento que marca a família foi o desaparecimento de seu Manuel Sena ex- jornalista, quando já estava com 90 anos de idade. Segundo o relato do neto, ele era uma pessoa que mesmo nessa idade estava lúcido e morava sozinho. Alberto possui a consciência de quem seu avô era, destaca inúmeras vezes como ele queria fazer a parte dele e ver o país mudando. Para o neto, reivindicar a história do avô é dar sentido a luta que ele escolheu encarar, mesmo convivendo pouco com o avô, continuou um trabalho iniciado por sua mãe que, infelizmente não viveu para ver o esclarecimento da situação.

Familiar: Kátia Maria Piccoli de Almeida
Vítima: Nelly Osmar Cauduro Piccoli

Nesse testemunho em particular, mesmo que não ocorrendo a morte nem o desaparecimento, é perceptível que o trauma desenvolvido pela filha teve como ponto principal a prisão do pai em momentos ditos por ela como cruciais para a família e algo que aconteceu por duas vezes, esses momentos nitidamente afetaram sua saúde mental com os casos de depressão, pânico e também o trauma fez com que ela não conseguisse sair para trabalhar ou que terminasse os estudos.

Dentre os depoimentos que estão na análise, Kátia é a única que não cobra da CNV uma postura do Estado, cita muitas vezes que não quer vingança mesmo tendo o pai como um herói e exemplo. Os demais depoimentos têm uma carga de vontade de justiça e reparação.

Familiar: Djanira de Oliveira Ramos
Vítima: Epaminondas Gomes de Oliveira

Dona Djanira não se permitiu viver o luto, esse traço de segurar o choro foi algo que a impedia de extravasar a dor, porém com os anos ela conta que conseguiu deixar com que a dor saísse em forma de lágrimas. Além de não se permitir viver o luto e família não pode vive-lo, não como todas as famílias o vivem, porque mesmo recebendo a notícia de que o pai teria falecido não houve a liberação do corpo para que a família pudesse enterrar: *“eu não tinha mais força pra nada, né? Eu não tinha força pra nada nada. Eu me isolei. Eu não chorava, mais também eu perdi toda a minha vida, eu não vivi eu passei pela vida. Assim eu queria [choro] a minha irmã que falou que queria o corpo, escreveu pra lá, mas não fizeram nada.”*

O que duas dessas famílias tem em comum é justamente a falta de informações dadas na época dos desaparecimentos e mortes tirando deles o direito de saber onde se encontra enterrado o familiar, a falta que faz para essas pessoas simplesmente enterrar o ente querido é de um trauma enorme para essas famílias.

Conclusão/ões

A partir dos depoimentos selecionados fica perceptível que dois deles tratam de maneira muito clara como a prisão de um e a morte do outro afetou a vida familiar e pessoal das vítimas. As duas filhas dos últimos dois depoimentos deixam claro quais os problemas que decorreram de suas experiências de prisão e morte e isso fica perceptível quando elas deixam de falar sobre o pai e começam a contar como

foi para elas o momento, como elas reagiram, o que aconteceu com elas durante e depois do ocorrido com seus pais.

Porém a diferença marcante entre uma filha de vítima e a outra é de que uma teve seu pai morto e, dessa forma, espera a responsabilização do estado e também mais informações a respeito do pai e as causas reais da morte, já que sabe que o laudo foi alterado pelas Forças Armadas. Já a filha que teve seu pai apenas preso (e que possuiu morte natural depois de já estar solto e vivendo normalmente), fala mais dos danos que ela sofreu com todo o processo e em nenhum momento espera que o Estado reconheça, pois aponta diversas vezes não estar lá por vingança.

O depoimento do neto traz uma perspectiva muito mais ligada a procura por verdade e justiça, marca da luta de familiares de vítimas, por ser uma pessoa que mesmo convivendo com o avô, tendo seus laços não tem o mesmo impacto em sua fala como as filhas. Uma análise unificada pode ser feita a partir do último critério que foi utilizado para a escolha dos depoimentos que foi a responsabilização das vítimas pelos problemas que as famílias tiveram que enfrentar, neste quesito, nenhum depoimento se apresenta com a culpa endereçada a vítima (morta, desaparecida ou que foi presa), ambos familiares entendem as motivações pessoais das vítimas, mesmo que não declarassem seguir os mesmos ideais (a não ser o neto de seu Manoel Sena), a vítima foi interpretada como tal pelos familiares.

Este trabalho deixa claro que é importante para países que passam por regimes autoritários, onde ocorreram graves violações dos direitos humanos, ter comissões como a CNV e tantas outras para dar voz aos traumas, tanto de vítimas diretas que foram de diversas maneiras afetadas pela ditadura militar, como essas famílias, que mesmo indiretamente acabam sofrendo traumas, por não serem liberadas a viver o luto, ou viverem a vida alterada por uma dinâmica de medo e repressão. Os depoimentos mesmo que chocantes servem como um grande lembrete de que nada que queiram que seja esquecido ou apagado, modificado, como muitos tentam fazer o período militar passe em branco. Mesmo que a Lei de Anistia não culpe penalmente responsáveis por essas violações, é importante que se tenha claro que ocorreram violações, pessoas vivem com traumas até os dias de hoje, sendo direta ou indiretamente envolvidas. O Estado brasileiro tem que se posicionar e assumir a responsabilidade por esses traumas, violações de direitos.

Agradecimentos

Agradeço a UEPG, pela oportunidade de ofertar iniciação científica na modalidade PROVIC, agradeço também a professora Dr. Alessandra Izabel de Carvalho por aceitar meu projeto e me orientar nesses dois anos de convivência na iniciação científica que foi de grande importância para a minha formação ficar mais completa.

Referências

PENNA, João Camillo. Este corpo, esta dor, esta fome: notas sobre o testemunho hispanoamericano. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio, org. **História, memória, literatura.** Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

SARTI, Cynthia. A vítima como figura contemporânea. **Caderno Crh**, v. 24, n. 61, p. 51-61, 2011.